



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JO

PONTE AJU-BARRA

Deso inicia obra de ampliação de adutora

A Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) iniciou, ontem, a obra de duplicação da adutora da ponte Aracaju-Barra e parte da pista foi interditada. A previsão é que dentro de 60 dias o trabalho seja concluído e, de acordo com informações da assessoria de imprensa da empresa, serão beneficiados cerca de 90 mil habitantes com oferta de água potável.

Segundo a Deso, a ponte ficará em meia pista do sentido Aracaju-Barra. Os motoristas terão somente a opção de meia pista no trecho da obra. Uma via de acesso estará disponível para locomoção de pedestres. A orientação do tráfego será feita por equipes no local e instrumentos de sinalização. A Deso reforça a importância de motoristas e pedestres redobrem a atenção e o respeito à sinalização implantada.

A obra tem como objetivo reforçar o abastecimento de água da Barra dos Coqueiros, atendendo a demanda de crescimento da cidade. Com a duplicação da adutora a oferta de água será implementada em 100% passando de 189 litros por segundo (l/s) para 378 l/s. Serão implantados 1.780 metros de extensão de rede com diâmetros de 450 mm.

O engenheiro da companhia, responsável por acompanhar a execução da obra, Cássio Andrade Dantas, disse que o serviço permite acompanhar não só o crescimento imobiliário, como o potencial turístico de uma das cidades litorâneas que mais cresce no Estado.

“A Barra dos Coqueiros vem crescendo muito, e essa obra tem como objetivo reforçar o abastecimento na localidade para atender tanto a população já residente, quanto esses novos empreendimentos que estão surgindo, além disso, a Barra é uma cidade turística e nos finais de semana e feriados há um aumento na demanda pelo serviço de abastecimento hídrico, com a obra é possível supri-la de forma satisfatória”.

A obra está orçada em R\$ 511 mil, oriundo do Governo Federal e do Governo do Estado. Além destes investimentos, a Barra dos Coqueiros recebeu anteriormente cerca de R\$ 4,9 milhões voltados para saneamento básico. Desde 2012, em vez de fossas, 4.534 residências têm acesso a um completo sistema de esgotos domésticos.

MPE exige regularização

O Ministério Público do Estado (MPE), ajuizará até o final do mês uma ação civil pública obrigando os moradores dos blocos D-5, D-10, D-17, C-20, C-21 e C-23, localizados no Conjunto Augusto Franco a regularizarem o serviço de fornecimento de água junto a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso). A medida foi adotada uma vez que esses prédios utilizam a cerca de 10 anos água retirada de um poço artesiano há cerca de 10 anos, sem a outorga da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), fato que representa um risco iminente de contaminação da rede da região e pode afetar moradores de outras localidades vizinhas.

Durante a audiência pública, realizada na manhã de ontem, segunda-feira, 9, vários moradores se mostraram contrários à decisão, alegando que não possuem condições de pagar os valores em atraso com a Deso, como também a impossibilidade de arcar com os custos para instalação de medidores individuais de gasto de água. “Nenhum deles quer assumir ou mesmo dividir os custos em aberto, mas essa é uma coisa que terá que ser discutida entre eles e a Deso, ao MP interessa apenas a resolutividade do problema relacionado ao abastecimento de água que hoje é feito de forma ilegal. O que vamos fazer é emitir uma ordem para que o poço seja interditado e que a água passe a ser fornecida pela Deso”, explicou a promotora, Mônica Hardman.

Ainda de acordo com a promotora a audiência realizada ontem foi uma tentativa de resguardar a

saúde da comunidade que reside na região, pois a utilização irregular da água de poço não pode ser mantida. “Vamos elaborar uma ação civil pública para compelir a comunidade a não mais utilizar água de poço, uma vez que mesmo com a audiência não conseguimos chegar a um consenso. O poço será interditado, pois segundo o setor de engenharia da Deso ele representa um perigo não apenas para os moradores que fazem uso direto dele, mas o de toda região, pois essa água pode se infiltrar na rede da companhia. Como um acordo não conseguiu ser firmado, teremos que partir para os meios judiciais para resolver essa questão”, relatou Mônica.

Para a moradora do bloco C-21, Rosângela Ribeiro, o que falta para resolver o problema é apenas boa vontade e bom senso, pois alguns moradores querem obrigar os demais a consumirem uma água de péssima qualidade. “Não existe união, e por isso esse impasse está tão difícil de se resolver. O pessoal está usando água de poço, mas isso não pode acontecer porque ninguém sabe qual a procedência dessa água, e outra coisa, é ilegal. Tem gente também que ainda deve na Deso e não quer pagar, alguma coisa tem que ser feita, pois o que não pode é continuarmos vivendo assim. A água é péssima e eu não sou obrigada a continuar consumindo ela. Espero que essa ação surta realmente os efeitos cabíveis e que a individualização dos contadores seja realizada, e claro que o poço seja lacrado o quanto antes, porque se não vai continuar tudo do mesmo jeito. A situação está tão precária que se quer temos serviço de esgoto”, lamenta.